

# Regulamento do Cemitério de Cacia

## Preâmbulo

O presente Regulamento estabelece as normas de organização, funcionamento, utilização e gestão do Cemitério de Cacia, sob administração da Junta de Freguesia de Cacia, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, na sua redação atual, bem como demais legislação aplicável.

O Regulamento visa assegurar:

- a dignidade do espaço cemiterial;
- o respeito devido aos falecidos e às suas famílias;
- a segurança sanitária e administrativa;
- a transparência na gestão pública;
- a proteção dos dados pessoais dos cidadãos.

O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua aprovação pela Assembleia de Freguesia de Cacia e respetiva publicitação legal.

## CAPÍTULO I

### Organização e funcionamento

#### Artigo 1.º

##### Finalidade

1. O Cemitério de Cacia destina-se à inumação de cadáveres, ossadas e cinzas, nos termos da lei.
2. Podem ainda ser admitidas inumações ou deposições de não residentes, mediante autorização da Junta de Freguesia, quando existam razões ponderosas ou destino a sepulturas perpétuas, jazigos ou columbários.

#### Artigo 2.º

##### Horário de funcionamento

1. O cemitério encontra-se aberto diariamente.

#### Artigo 3.º

##### Serviços administrativos

A gestão administrativa do cemitério, incluindo os registos de inumações, exumações, trasladações, ossadas e columbários, é assegurada pela Junta de Freguesia de Cacia, preferencialmente através de sistema informático.

## CAPÍTULO II

### Inumações e deposições

#### Artigo 4.º

##### Aviso prévio obrigatório

1. A realização de qualquer inumação ou deposição, designadamente em sepulturas, jazigos, ossários ou columbários, deve ser comunicada à Junta de Freguesia com uma antecedência mínima de 24 horas relativamente à hora prevista para o funeral ou cerimónia.
2. A comunicação deve ser efetuada pela agência funerária ou por quem represente legitimamente a família, mediante apresentação da documentação legalmente exigida.
3. Em situações excecionais, devidamente fundamentadas, poderá ser autorizada a redução do prazo referido no número anterior, por despacho do Presidente da Junta ou seu delegado.
4. Em situações excecionais, devidamente fundamentadas, poderá não ser autorizada a inumação ou depósito, por despacho do Presidente da Junta ou seu delegado.

#### Artigo 5.º

##### Locais de inumação e deposição

As inumações e deposições realizam-se exclusivamente em:

- sepulturas temporárias;
- sepulturas perpétuas;
- jazigos;
- ossários;
- columbários;

nos termos do presente Regulamento e da legislação aplicável.

#### Artigo 6.º

##### Condições gerais

1. Os cadáveres são encerrados em caixões adequados, podendo ser utilizados produtos ecológicos legalmente autorizados.
2. Os caixões metálicos devem cumprir as normas técnicas e sanitárias em vigor.
3. A deposição de cinzas deve ser efetuada em urna apropriada, devidamente identificada.

#### Artigo 7.º

## Documentação obrigatória

A inumação ou deposição depende da apresentação do boletim de óbito, da autorização legal aplicável e do pagamento das taxas devidas.

### CAPÍTULO III

#### Columbários, ossários, exumações e trasladações

##### Artigo 8.º

##### Columbários

1. Os columbários destinam-se à deposição de urnas cinerárias contendo cinzas provenientes de cremação legalmente autorizada.
2. A utilização de columbários depende de requerimento apresentado à Junta de Freguesia e do pagamento das taxas aplicáveis.
3. A concessão de columbários pode ser temporária ou perpétua, nos termos a definir pela Junta de Freguesia.
4. As urnas devem cumprir requisitos de material, identificação e segurança fixados pela Junta.
5. É permitida a colocação de identificação do falecido, epitáfio simples ou elemento simbólico, desde que respeite a dignidade do espaço cemiterial.

##### Artigo 9.º

##### Ossários

1. Os ossários destinam-se à deposição de ossadas exumadas.
2. Aplicam-se aos ossários, com as necessárias adaptações, as normas previstas para sepulturas perpétuas.

##### Artigo 10.º

##### Exumações

1. As exumações só podem ocorrer após os prazos legais.
2. As ossadas não reclamadas serão depositadas em ossário comum.

##### Artigo 11.º

##### Trasladações

1. As trasladações dependem de requerimento e autorização das entidades competentes.
2. Aplicam-se as normas do Decreto-Lei n.º 411/98.

## CAPÍTULO IV

### Concessões

#### Artigo 12.º

#### Sepulturas perpétuas, jazigos e columbários

1. A concessão é atribuída mediante requerimento e pagamento das taxas aprovadas.
2. O título de concessão é intransmissível, salvo nos casos legalmente previstos.

#### Artigo 13.º

#### Abandono e prescrição

Consideram-se abandonadas as sepulturas, jazigos ou columbários sem uso ou conservação por mais de 10 anos, após notificação legal.

## CAPÍTULO V

### Obras funerárias

#### Artigo 14.º

#### Licenciamento de obras

1. As obras em jazigos, sepulturas perpétuas ou columbários carecem de autorização prévia da Junta.
2. A execução deve respeitar critérios de sobriedade, segurança e dignidade do espaço.

## CAPÍTULO VI

### Deveres e proibições

#### Artigo 15.º

#### Deveres

Os concessionários, visitantes e operadores devem respeitar a dignidade do local, cumprir as instruções da Junta e preservar o espaço cemiterial.

#### Artigo 16.º

#### Proibições

É proibido danificar sepulturas, jazigos ou columbários, perturbar a ordem, abandonar resíduos ou praticar atos ofensivos da memória dos falecidos.

## CAPÍTULO VII

### Proteção de dados pessoais (RGPD)

## Artigo 17.º

### Proteção de dados pessoais

1. Os dados pessoais recolhidos no âmbito da gestão do cemitério, designadamente relativos a falecidos, concessionários, familiares, requerentes e representantes legais, são tratados pela Junta de Freguesia de Cacia em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD) e legislação nacional aplicável.
2. Os dados destinam-se exclusivamente a fins administrativos, legais e de gestão cemiterial.
3. É garantido aos titulares dos dados o direito de acesso, retificação, limitação, oposição e apagamento, nos termos da lei.
4. Os dados são conservados apenas pelo período legalmente necessário.

## CAPÍTULO VIII

### Taxas

## Artigo 18.º

### Tabela de taxas

As taxas aplicáveis aos serviços do cemitério constam de tabela própria, aprovada pela Assembleia de Freguesia de Cacia.

## CAPÍTULO IX

### Disposições finais

## Artigo 19.º

### Casos omissos

Os casos omissos e as dúvidas de interpretação do presente Regulamento são resolvidos por deliberação do Executivo da Junta de Freguesia, nos termos da legislação em vigor.

## Artigo 20.º

### Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua publicação legal.

20 de Janeiro de 2026. — O Presidente, *Nelson Alexandre Dias dos Santos*.